

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de
2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Senhores Acionistas.

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

Mensagem da Administração e a Recuperação Judicial

Apesar de toda história vitoriosa da Inepar e a nossa comprovada capacidade técnica, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Após o pedido de recuperação judicial, a Inepar vem operando em um nível aquém de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e por estar sob o regime de Recuperação Judicial (“RJ”) o que prejudica fortemente a Empresa em fechar novos contratos de vendas.

No momento a Empresa está empenhada em liquidar os passivos ainda pendentes para solicitar a sua saída da Recuperação Judicial.

Os investimentos em infraestrutura recuaram e atingiram em 2018 apenas 1,1% do PIB, patamar muito pequeno diante das carências do país. Fornecedores de bens e serviços, como equipamentos e construção, registram capacidade ociosa relevante.

No início do ano, os analistas esperavam um crescimento do PIB próximo de aproximadamente 3%. No entanto, ao longo de 2018, as expectativas foram sendo gradativamente reduzidas.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2018**

As expectativas foram piorando com a economia mostrando um ritmo mais fraco do que o esperado, sobretudo, pela incerteza com o futuro político do país e qual seria a agenda econômica adotada pelo novo governo.

Para 2019, com a inflação sob controle e a taxa de juros mais baixa, a economia brasileira deverá apresentar uma ligeira recuperação. As estimativas apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer aproximadamente 2,5% em 2019, o que poderá gerar novas oportunidades de negócios.

No curso do processo de recuperação judicial do Grupo Inepar, diversas monetizações foram implementadas e que foram fundamentais para as Empresas do Grupo emergir da RJ ao (i) regularizar seus passivos trabalhistas (concurais e extraconcurais) e (ii) alcançar quase que a totalidade das obrigações do Plano de Recuperação Judicial, firmando, assim, as bases para uma retomada operacional a níveis satisfatórios e sustentáveis.

A Inepar também efetuou ampla reestruturação financeira que possibilitou a quitação de grande parte das suas dívidas.

Abaixo relacionamos alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:

Aprovação do plano com mais de 90% do quórum de credores, sendo que houve aprovação de 99,3% dos credores classificados na classe 1.

Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Pagamentos expressivos de obrigações trabalhistas, tanto dos passivos do plano de recuperação judicial como das obrigações correntes.

Liquidação superior a 90% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

A homologação do Plano de Recuperação permitiu a estabilização da estrutura de capital da Inepar, pois somente com a emissão de novas ações da Companhia e de debêntures perpétuas conversíveis em integralização por

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2018

créditos quirografários, apresentou uma redução de mais R\$ 1.6 bilhão em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira.

Efetuamos a reclassificação contábil para o patrimônio líquido dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos e contábeis, e que serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas, e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 244 milhões.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A Inepar e suas empresas controladas continuam se dedicando à aplicação das ações previstas no Plano de Recuperação Judicial, onde alcançamos significativos resultados com a redução do endividamento junto às empresas e funcionários e também redução nas obrigações tributárias. Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, a INEPAR desenvolveu diversas ações para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando a adequação do fluxo de caixa a saber:

- Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. Esta adesão ao Refis permitiu uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foram utilizados os créditos fiscais transferidos pela Andritz Hydro Inepar.

A empresa está finalizando em 2019 uma revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base na súmula vinculante nº 08 e outras oportunidades em aplicação.

- Venda da participação acionária no capital da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S/A. Esta alienação gerou recursos necessários para os pagamentos das dívidas junto aos credores e também aos funcionários, além da garantia do recebimento de energia elétrica para utilização na fábrica de Araraquara até 2019.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

- Venda da participação acionária no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. Esta alienação permitiu recursos através de créditos fiscais para a liquidação do valor de até 20% sobre os débitos fiscais necessários para a adesão ao programa Refis.

- Venda ao BNDES pelo valor de R\$ 151,7 milhões da participação acionária no capital da Energisa Mato Grosso S/A, através de leilão judicial. Os recursos desta alienação foram utilizados para abater parte da nossa dívida junto ao BNDES e também para propiciar um perdão do saldo restante deste contrato.

Após a liquidação deste contrato junto ao BNDES, ainda restou um saldo devedor de outro contrato no montante de R\$ 334 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3% a.a. A Administração da Inepar está em contato permanente com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

- Assinatura de acordos como por exemplo com a Gerdau S/A, por conta da venda das ações da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, realizada em 2002. Com os recursos obtidos, a Inepar efetuou prioritariamente os pagamentos dos salários dos funcionários ativos, bem como daqueles relacionados no Plano de Recuperação Judicial.

- Venda da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A. Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar.

- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S/A.

- Venda para a Andritz Hydro de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21 de maio de 2018, foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidrogenação.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio industrial.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

O preço da venda desta UPI foi de R\$ 115 milhões.

O percentual de 49% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, foram utilizados para pagamento das debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial.

O percentual de 51% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara, foram utilizados para pagamento das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informada teve como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

Estas monetizações de ativos "non-core" como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

A empresa continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

A Administração continua engajada e confiante na conclusão do plano de alienação de "ativos non-core" e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização.

É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

No curto prazo, a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, através das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois, neste período de recuperação judicial, efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

Além do esforço comercial com a readequação de custos e de sua competitividade, a Inepar possui "ativos non-core" que devem ser vendidos, já em negociação, que podem render saldos de fluxo de caixa para a empresa.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas e do imóvel de Macaé.

Alienação da UPI IPM e UPI IOG, conforme Fatos Relevantes divulgados em 23/07/2018, 22/02/2019 e 25/04/2019 pela Inepar S/A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em conformidade com o § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e a Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, em que a Companhia vem mantendo tratativas com a GEOTERRA EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES S.A. ("GEOTERRA") que representa interesses de um conjunto de empresas da República de Belarus, Rússia, China e Alemanha, para a compra das UPIs citadas.

A empresa está finalizando as providências necessárias para a 3º emissão das debentures perpétuas conversíveis em ações ordinárias, visando a liquidação de diversos passivos que já se tornaram incontroversos.

Instauração de arbitragem contra a Petrobrás, visando o ressarcimento dos valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato assinado com a TUPY-BV e PNBV.

Todas as ações acima mencionadas irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa, visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação Judicial.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Apresentamos abaixo uma projeção do Balanço Patrimonial de 31/12/2018 com os valores dos ativos valorizados de acordo com o Plano de Recuperação Judicial aprovado em 2015, já deduzindo as alienações realizadas e considerando a atual proposta da Geoterra para a compra das UPI-IPM e IOG.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanço Patrimonial 31/12/2018	Balanço Projetado 31/12/2018
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.594	2.594
Contas a receber de clientes	152.250	152.250
Títulos e valores mobiliários	32.797	32.797
Estoques	20.040	20.040
Créditos de impostos	14.088	14.088
Dividendos a receber	64	64
Outros créditos	23.339	1.568.680
Total do Ativo Circulante	245.172	1.790.513
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Clientes		
Contas a receber de clientes	32.878	32.878
Partes relacionadas	74.793	74.793
Títulos a receber	7.774	7.774
Créditos de impostos	77.117	77.117
Depósitos judiciais	70.061	70.061
Outros créditos	4.630	4.630
Investimentos	268.139	550.739
Imobilizado	283.268	556.768
Intangível	409.197	409.197
Total do Ativo Não Circulante	1.227.857	1.783.957
Total do Ativo	1.473.029	3.574.470

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**Em Recuperação Judicial**
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2018

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial 31/12/2018	Balanco Projetado 31/12/2018
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	101.243	101.243
Financiamentos e empréstimos	196.893	196.893
Debêntures	113.772	113.772
Salários e encargos sociais	365.855	365.855
Impostos e contribuições a recolher	597.823	597.823
Dividendos propostos	3.341	3.341
Provisão de custos e encargos	115.601	115.601
Adiantamentos de clientes	148.754	148.754
Títulos a pagar	49.992	49.992
Outras contas a pagar	141.539	141.539
Total do Passivo Circulante	1.834.813	1.834.813
Não Circulante		
Exigível a longo prazo		
Financiamentos e empréstimos	307.444	307.444
Salários e encargos sociais	2.564	2.564
Impostos e contribuições a recolher	355.563	355.563
Partes relacionadas	56.877	56.877
Impostos diferidos	105.563	105.563
Títulos a pagar	-	-
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	384.510	384.510
Provisão para passivo a descoberto	1.260	1.260
Outras contas a pagar	9.610	9.610
Total do Passivo Não Circulante	1.225.694	1.225.694
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	(41.908)	(41.908)
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	408.311	408.311
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	155.272	155.272
Reserva de reavaliação	32.120	588.220
Debêntures perpétuas	246.849	246.849
Créditos quirografários a converter	244.759	244.759
Prejuízos acumulados	(3.417.725)	(1.872.384)
Ajuste de avaliação patrimonial	787.917	787.917
	(1.545.570)	555.871
Total do Patrimônio Líquido	(1.587.478)	513.963
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.473.029	3.574.470

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Notas explicativas

01- No Balanço Patrimonial de 31/12/2018, a Companhia não registrou os valores dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções-Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes do Grupo Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de contas a receber de clientes.

02- As linhas de investimentos e imobilizado tiveram um aumento devido às atualizações dos ativos, majorados nos mesmos valores apresentados no laudo de viabilidade econômica do Grupo Inepar e do laudo de avaliação dos ativos imobilizados. Estes valores, apresentados aqui de forma gerencial, não serão alterados nos Balanços Patrimoniais publicados no futuro e terão seus valores reconhecidos apenas no momento da alienação de cada ativo.

03- Estão lançados na rubrica de "Reserva de Reavaliação" os valores dos ativos que foram reavaliados quando do lançamento do Plano de Recuperação Judicial. O acréscimo decorrente da reavaliação somente será contabilizado após a realização da venda, de acordo com a legislação em vigor.

04- No prejuízo acumulado, foi considerado o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018, acrescido do lucro líquido oriundo dos registros dos pleitos a receber.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31/12/2018 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela RSM Brasil Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2018

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	89	99	2.594	3.569
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	9.525	9.522	144.997	206.538
Contas a receber de clientes a faturar	6	-	-	7.253	18.066
Títulos e valores mobiliários	7	32.782	32.782	32.797	32.797
Estoques	8	-	-	20.040	190.928
Títulos a receber	9	-	-	-	4.160
Créditos de impostos	10	8.425	8.670	14.088	19.118
Dividendos a receber		-	-	64	64
Despesas antecipadas		-	-	-	311
Outros créditos	11	16.272	10.295	23.339	31.407
Total do Ativo Circulante		67.093	61.368	245.172	606.958
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	-	-	32.396	35.917
Contas a receber de clientes a faturar	6	482	482	482	482
Partes relacionadas	21	398.398	368.503	74.793	83.060
Títulos a receber	9	7.774	7.774	7.774	7.774
Créditos de impostos	10	32.110	33.575	77.117	76.518
Depósitos judiciais		14.620	10.542	70.081	65.440
Outros créditos	11	4.317	7.514	4.630	16.220
Investimentos	12	445.629	480.061	268.139	258.748
Imobilizado	13	102.063	129.247	283.288	345.995
Intangível	14	391.513	391.513	409.197	411.882
Total do Ativo Não Circulante		1.396.906	1.429.211	1.227.857	1.302.036
Total do Ativo		1.463.999	1.490.579	1.473.029	1.808.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


JAIR MALPICA
Contador
CRC-1SP-100.417/0-6
CPF 667.583.788-53

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - N° 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Fornecedores		29.580	22.402	101.243	113.547
Financiamentos e empréstimos	15	71.258	132.431	196.893	236.021
Debêntures	16	113.772	129.626	113.772	129.626
Salários e encargos sociais		28.540	27.385	365.855	360.008
Impostos e contribuições a recolher	17	364.925	340.881	597.823	541.795
Dividendos propostos		3.317	4.231	3.341	4.255
Provisão de custos e encargos	18	-	-	115.601	315.728
Adiantamentos de clientes	19	-	-	148.754	154.425
Títulos a pagar		49.992	33.852	49.992	33.990
Outras contas a pagar	24	95.495	131.333	141.539	185.014
Total do Passivo Circulante		756.879	822.141	1.834.813	2.074.407
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	15	287.032	264.728	307.444	284.886
Salários e encargos sociais		-	-	2.564	18.022
Impostos e contribuições a recolher	17	226.880	234.280	355.563	372.853
Partes relacionadas	21	367.140	358.124	56.877	29.018
Impostos diferidos	20.1	31.856	32.953	105.563	107.615
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	225.033	57.535	384.510	188.568
Provisão para passivo a descoberto	23	1.103.780	955.671	1.260	1.260
Outras contas a pagar	24	8.666	11.426	9.610	15.912
Total do Passivo Não Circulante		2.252.690	1.917.020	1.225.694	1.018.437
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	25.a	408.311	407.299	408.311	407.299
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	25.b	155.272	155.272	155.272	155.272
Reserva de reavaliação	25.c	32.120	33.270	32.120	33.270
Debêntures perpétuas	25.d	246.849	247.861	246.849	247.861
Créditos quirografários a converter	25.e	244.759	238.097	244.759	238.097
Prejuízos acumulados		(3.417.725)	(3.121.986)	(3.417.725)	(3.121.986)
Ajuste de avaliação patrimonial	25.f	787.917	794.678	787.917	794.678
		(1.545.570)	(1.248.582)	(1.545.570)	(1.248.582)
Participação dos minoritários		-	-	(41.908)	(35.268)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(1.545.570)	(1.248.582)	(1.587.478)	(1.283.850)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.463.999	1.490.579	1.473.029	1.808.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


JAIR MALPICA
 Contador
 CRC: 1SP-100.417/0-6
 CPF 667.583.788-53

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	27	-	48.867	39.803
Custos dos produtos e serviços	-	-	(20.563)	(31.757)
Lucro bruto	-	-	28.304	8.046
Receitas [despesas] operacionais	(292.207)	(218.666)	(277.260)	(167.174)
Despesas com vendas	-	(19)	(4.051)	(4.634)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	912	-	(18.148)	(21.402)
Administrativas e gerais	(22.654)	(13.566)	(79.020)	(58.298)
Provisões para contingências	(170.559)	(74)	(179.034)	13.945
Outras receitas e despesas operacionais	90.872	(4.843)	21.299	(81.189)
Resultado da equivalência patrimonial	12 (190.778)	(200.163)	(18.306)	(5.596)
Resultado operacional	(292.207)	(218.666)	(248.956)	(149.128)
Despesas financeiras	28 (28.834)	(99.334)	(353.670)	(179.477)
Receitas financeiras	28 7.324	1.460	280.818	6.434
Resultado antes do imposto de renda	(311.517)	(316.639)	(321.808)	(322.171)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	20.2 -	-	-	279
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	20.2 (369)	369	2.760	828
Prejuízo do exercício	(311.886)	(316.170)	(319.048)	(321.064)
Atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores			(311.886)	(316.170)
Participação dos acionistas não-controladores			(7.162)	(4.894)
			(319.048)	(321.064)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	4.320.459	3.181.221		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício	3.166.807	3.166.807		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	(48.874,04)	(47.517,86)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	(51.581,44)	(52.269,64)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


JAIR MALPICA
 Contador
 CRC-1SP-100.417/0-6
 CPF 667.583.788-53

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - N° 76.627.604/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital Social				Letras em (Prejuízos) Acumulados	Deduções Perpetuas	Créditos a Converter	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido das Controladas	Participação em Não Controladas no Patrim. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria				Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2016	427.219	(3.673)	155.272	(8.353)	(2.608.186)	247.891	338.097	34.468	63.423	734.550	(537.855)	(39.426)	(957.415)
Prejuízo do Exercício					(315.110)						(315.110)	(4.629)	(321.064)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBO)					4.355						4.355		4.355
Ganhos/Perdas de Capital Coligadas										248	248		248
Ajuste Comercial w/ Coligada no Exterior												34	34
Outros Resultados Abrangentes												34	34
Resultado Abrangente Total											(311.227)	(4.885)	(316.357)
Reservação de Reserva Reavaliação					1.193			(1.193)					
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado					3.073				(3.073)				
Em 31 de dezembro de 2017	407.293	(3.673)	165.272	— (8.353)	(3.119.893)	247.891	338.097	33.276	63.350	734.328	(1.349.512)	(25.216)	(1.283.652)
Prejuízo do Exercício					(311.885)						(311.885)	(1.152)	(319.042)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBO)					4.359						4.359		4.359
Ganhos/Perdas de Capital Coligadas										3.841	3.841		3.841
Ajuste Comercial w/ Coligada no Exterior												522	522
Outros Resultados Abrangentes												622	622
Resultado Abrangente Total											(313.852)	(5.840)	(319.290)
Aumento de Capital - 337ª RCA de 25/10/2018	938												
Aumento de Capital - 338ª RCA de 18/12/2018	74					(939)							
Transferência de Capital com os Sócios													
Créditos tributários a converter							6.662				6.662		6.662
Realização da Reserva Reavaliação					1.150			(1.150)					
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado					10.602				(10.602)				
Em 31 de dezembro de 2018	408.311	(3.673)	155.272	(8.353)	(3.469.428)	246.952	244.719	32.120	43.748	736.169	(1.848.270)	(41.826)	(1.687.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jair Malpica
JAIR MALPICA
 Contador
 CRC-1SP-100.417/0-6
 CPF 667.583.788-53

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido do Exercício	<u>(311.888)</u>	<u>(316.170)</u>
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	4.395	4.395
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	3.841	248
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	522	34
Participação dos Minoritários	<u>(7.162)</u>	<u>(4.894)</u>
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(310.290)</u>	<u>(316.387)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


JAIR MALPICA
Contador
CRC-1SP-100.417/0-6
CPF 667.583.788-53

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - N° 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício	(311.886)	(316.170)	(311.886)	(316.170)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	4.133	4.206	16.744	17.209
Ganho / Perda na alienação de Imobilizado/Investimentos	23.050	-	48.757	2.077
Equivalência patrimonial	190.778	200.185	18.306	5.597
Participação de acionistas minoritários	-	-	7.162	-
Variações monetárias e cambiais	(12.290)	52.679	1.024	64.965
Provisões (Reversões)	167.498	74	(2.183)	22.362
Resultado do período ajustado	61.277	(69.046)	(241.076)	(203.960)
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de Clientes	(3)	274	75.875	(3.970)
Estoques	-	-	170.889	30.381
Títulos a receber	-	-	4.160	278
Créditos de impostos	1.710	34.452	4.432	41.486
Despesas antecipadas	-	-	311	79
Outros créditos	(8.857)	(14.507)	15.038	34.257
	(5.150)	20.219	270.705	102.505
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	7.178	1.904	(12.305)	12.821
Salários e encargos sociais	1.155	6.414	(9.611)	50.003
Impostos e contribuições a recolher	16.624	37.367	38.737	65.608
Provisão para impostos diferidos	(1.097)	-	(2.052)	-
Adiantamentos de clientes	-	-	(5.671)	(8.907)
Títulos a pagar	16.140	1.374	16.001	1.374
Outras contas a pagar	(31.915)	(707)	(56.917)	(32.509)
	8.085	46.352	(31.818)	88.390
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	64.212	7.525	(2.186)	(13.065)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	-	117
Ganho sobre participações	-	-	(520)	(34)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(8)	(739)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(29.895)	(7.781)	8.265	11.594
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(29.895)	(7.781)	7.714	10.938
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(914)	-	(914)	-
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	10.944	-
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(42.428)	-	(44.136)	(19)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(255)	(1)
Operações de mútuos com empresas ligadas	9.015	257	27.860	4.056
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(34.327)	267	(6.601)	4.036
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10)	1	(975)	1.909
Saldo inicial do caixa e equivalentes	99	98	3.569	1.660
Saldo final do caixa e equivalentes	89	99	2.594	3.569
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10)	1	(975)	1.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALPICA
 Contador
 CRC-1SP-100.417/0-6
 CPF 667.583.788-53

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS	93.085	21.648	119.564	9.042
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	56.560	42.097
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	912	-	(17.594)	(21.004)
Outras Receitas / Despesas	92.173	21.648	80.598	(12.951)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(183.937)	(27.242)	(288.540)	(106.170)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(13.578)	(19.604)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(183.937)	(27.242)	(274.962)	(86.566)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(90.852)	(5.594)	(168.976)	(97.128)
Depreciação e Amortização	(4.133)	(4.208)	(16.744)	(17.208)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(94.985)	(9.800)	(185.720)	(114.336)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(183.454)	(198.703)	262.512	838
Resultado de Equivalência Patrimonial	(180.778)	(200.163)	(18.308)	(5.596)
Receitas Financeiras	7.324	1.460	280.818	6.434
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(278.439)	(208.503)	76.792	(113.498)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	5.299	5.344	30.494	19.310
Salários e encargos	5.299	4.606	15.029	12.614
Benefícios	-	582	14.086	4.998
FGTS	-	156	1.379	1.698
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.204	2.776	10.725	8.135
Federais	1.204	2.776	8.549	7.747
Estaduais	-	-	2.132	-
Municipais	-	-	44	388
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	26.944	99.547	354.621	180.121
Juros	26.634	99.334	353.670	179.477
Aluguéis	310	213	951	644
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(311.886)	(316.170)	(319.048)	(321.064)
Prejuízo do exercício	(311.886)	(316.170)	(311.886)	(316.170)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(7.162)	(4.894)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(278.439)	(208.503)	76.792	(113.498)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


JAIR MALPICA
 Contador
 CRC-1SP-100.417/0-6
 CPF 667.583.788-53

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

A Inepar S.A Indústria e Construções -em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Processo global da reestruturação e recuperação judicial

Em 29/08/2014, a Inepar S.A Indústria e Construções ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado no prazo determinado.

Em 13/05/2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21/05/2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo final encerrou-se em 21/07/2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14/10 e 15/10, 25/11 e 28/12/2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

Os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures foram refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, em 2015, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 244.759 mil.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84º e 85º, realizadas em 25/11/2015 e 28/12/2015 respectivamente, foram autorizadas as 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$247.861 e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$163.592.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou à Companhia aderir em 2015 ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.;
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.;
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE;
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A.);
- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.; e
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/2018 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

- 1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.
- 2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

O percentual de 49% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, foram utilizados para pagamento das debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial.

O percentual de 51% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara foram utilizados para pagamento das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informado teve como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

Estas monetizações de ativos "non-core" como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa através das suas subsidiárias tende a gerar oportunidade com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de fabricação.

A Companhia está atenta ao mercado para continuar vendendo os seus ativos “non-core”, o que deverá gerar saldo de caixa positivo.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar a administração está trabalhando para a concretização da intenção de alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- As operações serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Alienação do imóvel situado no município de Macaé; e
- d) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

- Instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.

- Já ocorreu a constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

A Companhia está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da recuperação judicial.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 2 – Bases de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 26 de Junho de 2019.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis adotadas

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Companhias</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para "impairment" foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto. Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18 Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando ou à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 15, a Companhia efetuou os estudos sobre a aplicação desta norma e constatou que não houve impactos em lucros acumulados.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL; e
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia realizou avaliações por meio de verificação do modelo de negócios adotado para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecida pela IAS 39/CPC 38.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

CPC 47/IFRS 15 — Receita de contratos com cliente

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1/1/2018 entrou em vigor essa norma que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse CPC a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

Passo 4: Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.24 – Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foi aprovado e emitida a nova normas pelo IASB e CPC, a qual ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o IAS 17– “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Nota 4 – Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito.

Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

• **Risco de crédito**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• **Riscos de taxas de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial – Consolidado

A Companhia e suas controladas apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, a fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial				
	31/12/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Dívida Bancária	<u>40.975</u>	<u>45.073</u>	<u>49.170</u>	<u>53.268</u>
Exposição Líquida - R\$ Mil	40.975	45.073	49.170	53.268
Exposição Líquida - US\$ Mil	10.533	10.533	10.533	10.533
Taxa Dólar	3,89	4,28	4,67	5,06

Cenário I: Variação de 10% na taxa do dólar

Cenário II: Variação de 20% na taxa do dólar

Cenário III: Variação de 30% na taxa do dólar

Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31/12/2018, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$10.553 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19/11/2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17/12/2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	3.281	-	3.281	Fornecedores	113.547	113.547
Aplicações financeiras	288	-	288	Empréstimos e financiam.	236.021	236.021
Contas a receber	-	224.604	224.604	Debêntures	129.626	129.626
Títulos valores mobiliários	-	32.797	32.797	Títulos a pagar	33.990	33.990
Títulos a receber	-	4.160	4.160	Outras contas a pagar	185.014	185.014
Outros créditos	-	31.407	31.407			
Total circulante	3.569	292.968	296.537	Total circulante	698.198	698.198
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	36.399	36.399	Empréstimos e financiam.	284.886	284.886
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	15.912	15.912
Outros créditos	-	16.220	16.220			
Total não circulante	-	60.393	60.393	Total não circulante	300.798	300.798
TOTAL GERAL	3.569	353.361	356.930	TOTAL GERAL	998.996	998.996

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	2.293	-	2.293	Fornecedores	101.243	101.243
Aplicações financeiras	301	-	301	Empréstimos e financiam.	196.893	196.893
Contas a receber	-	152.250	152.250	Debêntures	113.772	113.772
Títulos valores mobiliários	-	32.797	32.797	Títulos a pagar	49.992	49.992
Títulos a receber	-	-	-	Outras contas a pagar	141.539	141.539
Outros créditos	-	23.339	23.339			
Total circulante	2.594	208.386	210.980	Total circulante	603.439	603.439
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	32.878	32.878	Empréstimos e financiam.	307.444	307.444
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	9.610	9.610
Outros créditos	-	4.630	4.630			
Total não circulante	-	45.282	45.282	Total não circulante	317.054	317.054
TOTAL GERAL	2.594	253.668	256.262	TOTAL GERAL	920.493	920.493

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	-	11	2.293	3.281
Aplicação financeira	89	88	301	288
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	89	99	2.594	3.569

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Nota 6 – Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Clientes interno	22.575	23.484	222.169	311.012
Clientes externo	-	-	3.768	3.696
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(12.568)	(13.480)	(39.174)	(53.705)
	10.007	10.004	186.763	261.003
Circulante	9.525	9.522	153.885	224.604
Não circulante	482	482	32.878	36.399
	10.007	10.004	186.763	261.003

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

No valor de R\$220.534 do consolidado consta o montante de ressarcimento de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme estabelecido no contrato assinado entre a Tupi B.V(“Tupi”) e a Iesa Óleo & Gás S/A.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 7 – Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras Aplicações e Títulos	32.782	32.782	32.797	32.797
	32.782	32.782	32.797	32.797
Circulante	32.782	32.782	32.797	32.797
Não circulante	-	-	-	-
	32.782	32.782	32.797	32.797

Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

Nota 8 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Insumos e materiais	-	-	18.250	122.945
Adiantamentos a fornecedores	-	-	401	29.343
Importações em andamento	-	-	761	38.616
Produtos em elaboração	-	-	628	24
	-	-	20.040	190.928

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

A redução nos saldos de estoques ocorreu, principalmente, pela exportação dos materiais da obra de Charqueadas e pelas provisões para perdas dos valores dos adiantamentos efetuados a diversos fornecedores, cujas ordens de compras foram canceladas em função da rescisão do contrato junto à Petrobras.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 9 – Títulos a receber

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A Indústria e Construções e das controladas IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Equipamentos e Montagens S.A, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Debêntures 1º emissão CBD	-	-	-	4.160
	7.774	7.774	7.774	11.934
Circulante	-	-	-	4.160
Não circulante	7.774	7.774	7.774	7.774
	7.774	7.774	7.774	11.934

a) O valor lançado nessa rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS-Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

Nota 10 – Créditos de impostos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (a)	23.424	24.503	54.243	56.461
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (a)	8.433	7.435	19.528	16.601
Adiantamentos efetuados - parcelamentos (b)	-	-	2.752	2.717
Créditos transferidos de terceiros (c)	7.596	7.596	6.761	12.940
Impostos e contribuições a compensar	42	448	1.988	448
ICMS a recuperar	53	53	2.690	4.252
IPI a recuperar	974	974	1.211	1.174
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	742	1.032
Impostos e contribuições retidos na fonte	13	11	1.290	11
	8.678	9.082	91.205	95.636
Circulante	8.425	8.670	14.088	19.118
Não circulante	253	412	77.117	76.518
	8.678	9.082	91.205	95.636

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos.

c) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 11 – Outros Créditos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber - Andritz (a)	11.000	-	11.000	-
Gerdau S/A (b)	9.296	15.578	9.296	15.578
Valores a Receber - venda participação TIISA (c)	-	-	1.125	11.785
Créditos com empresas constituídas em SCP (d)	-	-	-	8.847
Adiantamento a Empregados	69	58	872	1.042
Adiantamento a Fornecedores	-	1.680	1.094	2.448
Notas de débitos a Emitir / Receber	-	-	-	1.546
Outros	224	493	4.582	6.381
Total	20.589	17.809	27.969	47.627
Circulante	16.272	10.295	23.339	31.407
Não circulante	4.317	7.514	4.630	16.220
	20.589	17.809	27.969	47.627

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).

b) Refere-se ao saldo do valor da venda pela IESA, de 32,47% da participação societária da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S.A, conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial. O valor de R\$1.125 refere-se ao crédito de energia elétrica recebida como parte de pagamento para ser consumida pela IESA até 2019.

c) Refere-se aos créditos devidos pela Gerdau S/A, conforme o primeiro aditamento ao Instrumento jurídico particular de promessa de compra e venda de ações, celebrado em 24/12/2002.

d) Refere-se aos créditos devidos pela Andritz por conta dos saldos dos processos trabalhistas a serem liquidados em 2019.

Nota 11- Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participação em controladas/coligadas (a)	442.990	477.422	213.129	222.656
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	51.764	32.765
Outros investimentos (c)	2.616	2.616	3.223	3.304
Bens não operacionais	23	23	23	23
	445.629	480.061	268.139	258.748

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Result.	Patrim. Líquido	% de Partic.	Valor do Invest.	Resul. Equival.
Em 31/12/2017							
IESA- Projetos, Equip. e Montagens (i)	863.444	1.847.836	(157.673)	(984.393)	100,00%	-	(157.673)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	879.312	543.093	(9.355)	336.219	49,72%	167.168	(4.650)
Penta Partic. e Investimento Ltda.(iii)	182.076	11.414	379	170.662	100,00%	170.662	379
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	247.800	108.208	(38.219)	139.592	100,00%	139.592	(38.219)
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-
						477.422	(200.163)
Em 31/12/2018							
IESA- Projetos, Equip. e Montagens (i)	582.009	1.721.151	(151.950)	(1.139.142)	100,00%	-	(151.949)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	850.832	516.171	(10.396)	334.662	49,72%	166.395	(5.168)
Penta Partic. Investimento Ltda.(iii)	182.547	11.523	358	171.024	100,00%	171.023	359
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	240.252	134.680	(34.020)	105.572	100,00%	105.572	(34.020)
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-
						442.990	(190.778)

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Result.	Patrim. Líquido	% de Partic.	Valor Inv	Resul. Equiv
Em 31/12/2017							
RIG Oil & Gas	25.548	13.785	(6.915)	11.763	16,66%	1.960	(1.152)
QUIP S.A.	170.378	136.755	(33.556)	33.623	13,25%	4.455	(4.446)
QGI INC	130.552	16.586	21.856	113.966	20,00%	22.793	4.370
QGI BRASIL	417.016	282.536	1.427	134.480	19,53%	26.264	279
QUEBEC C. Mont. Transp. Estrut.	45	-	4	45	35,00%	16	3
Companhia Bras. de Diques S.A.	879.312	543.093	(9.355)	336.219	49,72%	167.168	(4.650)
						222.656	(5.596)
Em 31/12/2018							
RIG Oil & Gas	28.672	16.282	(1.361)	12.480	16,66%	2.079	(227)
QUIP S.A.	146.066	115.086	(12.907)	20.890	13,25%	2.767	(1.710)
QGI INC	80.136	3.813	57.730	76.324	20,00%	15.265	(11.546)
QGI BRASIL	240.455	104.332	1.797	136.123	19,53%	26.615	351
QUEBEC C. Mont. Transp. Estrut.	27	-	(18)	27	35,00%	9	(6)
Companhia Bras. de Diques S.A.	850.832	516.171	(10.396)	334.662	49,72%	166.394	(5.168)
						213.129	(18.306)

Controladas/Coligadas	Quantidade de ações possuídas		Participação em %	Participação no capital votante em %
	(em milhares)			
	O. N.	P. N.		
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	49,72	49,72
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou em 2003 a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003.

Tendo em vista que essa controlada apresentar Passivo a Descoberto em 31/12/2018, a Inepar constituiu provisão até a totalidade desse valor, conforme descrito na nota 23.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$608.734.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29/06/2014 foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. Indústria e Construções foi reduzida para 49,72%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

b) Propriedade para Investimentos

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A, este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado.

O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. Em 31/12/2018, a Administração da controlada indireta, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada, registrou um ganho (mais valia) no montante de R\$18.999, tendo como contrapartida a rubrica de “outras receitas e despesas”, no resultado do exercício consolidado.

c) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 12-Imobilizado

<u>Controladora</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edif. Benf.</u>	<u>Maq, Equip.</u>	<u>Mov. Utens.</u>	<u>Inst. Ferram.</u>	<u>Equip. Inform.</u>	<u>Outras Imob.</u>	<u>Total do Imobilizado</u>
Taxas anuais de depreciação	-	-	25% 10%a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10%a 30%	
Em 31/12/2017								
Custo	20.129	197.815	23.653	21	5.515	13	3.992	251.138
Depreciação Acumulada	-	(92.264)	(22.785)	(9)	(5.060)	(6)	(1.767)	(121.891)
Valor contábil líquido	20.129	105.551	868	12	455	7	2.225	129.247
Baixas	(2.751)	(31.340)	(16.961)	-	(91)	-	-	(51.143)
Depreciação	-	(3.936)	(174)	-	(23)	(1)	-	(4.134)
Baixas da Depreciação	-	11.110	16.961	-	22	-	-	28.093
Ajustes Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	17.378	81.385	694	12	363	6	2.225	102.063
Em 31/12/2018								
Custo	17.378	166.475	6.692	21	5.423	13	3.992	199.994
Depreciação Acumulada	-	(85.090)	(5.998)	(9)	(5.060)	(7)	(1.767)	(97.931)
Valor contábil líquido	17.378	81.385	694	12	363	6	2.225	102.063
Consolidado								
<u>Taxas anuais de depreciação</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>Maq, Equip. 25% 10%a 40%</u>	<u>Mov. Utens. 10%</u>	<u>Inst. Ferram. 2% a 10%</u>	<u>Equip. Inform. 1% a 10%</u>	<u>Outras Imob. 10%a 30%</u>	<u>Total do imobilizado</u>
Em 31/12/2017								
Custo	29.741	233.446	202.669	6.802	13.670	17.709	80.896	584.933
Depreciação Acumulada	-	(99.553)	(113.515)	(5.268)	(6.019)	(12.816)	(1.767)	(238.938)
Valor contábil líquido	29.741	133.893	89.154	1.534	7.651	4.893	79.129	345.995
Adições	-	-	8	-	-	-	-	8
Baixas	(2.751)	(31.348)	(77.831)	(1.719)	(2.504)	(3.389)	-	(119.542)
Depreciação	-	(4.396)	(7.932)	(330)	(246)	(1.154)	-	(14.058)
Baixas da Depreciação	-	11.117	57.415	1.613	449	3.066	-	73.660
Ajustes Baixas	-	-	(5.580)	-	-	503	-	(5.077)
Ajustes Baixas da Depreciação	-	-	2.196	2	72	12	-	2.282
Saldo Final	26.990	109.266	57.430	1.100	5.422	3.931	79.129	283.268
Em 31/12/2018								
Custo	26.990	202.098	119.265	5.020	11.166	14.823	80.895	460.257
Depreciação Acumulada	-	(92.832)	(61.834)	(3.920)	(5.743)	(10.893)	(1.767)	(176.989)
Valor contábil líquido	26.990	109.266	57.431	1.100	5.423	3.930	79.128	283.268

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por "impairment".

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

A redução dos saldos do imobilizado ocorreu, principalmente, pela alienação dos imóveis e das máquinas e equipamentos destinados a hidrogeração e que foram alienados a Andritz.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 14- Intangível

CONTROLADORA	Marcas e		Ágio sobre Investimentos	Total
	Patentes			
Taxas anuais de amortização	20%		0%	
Em 31 de Dezembro de 2017				
Custo	247		391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)		-	(247)
Valor contábil líquido	-		391.513	391.513
Em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	247		391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)		-	(247)
Valor contábil líquido	-		391.513	391.513

CONSOLIDADO	Marcas e Desenvolv		Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
	Patentes	Projetos			
Em 31 de Dezembro de 2017					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(752)	(13.892)	-	(14.891)
Valor contábil líquido	-	185	20.184	391.513	411.882
Amortização	-	(88)	(2.597)	-	(2.685)
Saldo Final	-	97	17.587	391.513	409.197
Em 31 de Dezembro de 2018					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(840)	(16.489)	-	(17.576)
Valor contábil líquido	-	97	17.587	391.513	409.197

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A, foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 28/02/2019, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), é de R\$1.245.661, sendo a participação da Inepar de 49,72%.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 15 – Financiamentos e empréstimos

Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de Câmbio	-	-	27.578	25.914
Arrendamentos Financeiros	-	-	-	-
Ativo Permanente	71.258	57.301	86.223	69.358
Capital de Giro	-	75.130	83.092	140.749
Investimento	-	-	-	-
Custos com transf. Financeiras	-	-	-	-
Total Circulante	71.258	132.431	196.893	236.021

Não Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de Câmbio	-	-	-	20.158
Ativo Permanente	287.032	264.728	307.444	264.728
Total Não Circulante	287.032	264.728	307.444	284.886
Total de Empréstimos e Financiamentos	358.290	397.159	504.337	520.907

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos	65.592	64.754	193.574	155.844
Em até 12 meses	16.398	69.476	18.566	78.008
De 1 a 2 anos	39.895	27.477	42.063	32.301
De 2 a 3 anos	16.398	27.477	18.566	29.330
De 3 a 4 anos	16.398	20.127	18.566	21.980
De 4 a 5 anos	16.398	20.127	18.566	21.980
Acima de 5 anos	187.211	167.721	194.436	181.464
Total de Empréstimos e Financiamentos	358.290	397.159	504.337	520.907

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reais - R\$	358.290	397.159	463.362	484.765
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	40.975	36.142
Total de Empréstimos e Financiamentos	358.290	397.159	504.337	520.907

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$1,00 equivalente a R\$3,89 em 31/12/2018 (R\$3,32 em 31/12/2017).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 16 – Debêntures (Controladora)

Emissão	Companhia	Saldo 31/12/2017	Adições/ Baixas	Saldo 31/12/2018
3 ^a	Inepar S.A. Indústria e Construções	1.902	(12)	1.890
4 ^a	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.473	293	2.766
5 ^a	Inepar S.A. Indústria e Construções	125.251	(16.135)	109.117
SALDO CONTROLADORA		129.626	(15.854)	113.772

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial

A 80ª Assembleia Geral Extraordinária, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A.;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, pela IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures: As debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5ª AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada; e



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% por cento ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27/07/2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais das amortizações programadas serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Até 31/12/2018 haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$113.772.

Conforme deliberação da 22ª AGD da 5ª emissão, realizada em 16/04/2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

A Companhia está em negociações com os debenturistas para a liquidação do saldo existente.

Nota 17- Impostos e contribuições a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	436.168	420.573	496.132	475.701
ICMS a recolher/Parcelamentos	40.562	43.956	66.605	68.353
INSS a recolher/Parcelamentos	4.227	4.097	59.062	56.553
PIS/COFINS Diferido	518	518	11.933	11.933
ISS a recolher/Parcelamentos	71.974	70.481	88.251	83.652
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	12.291	10.758	49.629	44.860
Impostos e Contribuições retidos na fonte	2.371	2.371	5.697	6.845
Parcelamento Refis lei 12.996/14 (b)	17.648	16.886	152.940	146.856
Outros	6.026	5.521	23.137	19.895
	591.785	575.161	953.386	914.648
Circulante	364.925	340.881	597.823	541.795
Não Circulante	226.860	234.280	355.563	372.853
	591.785	575.161	953.386	914.648

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014.

b) Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18/06/2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto à Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27/07/2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30/07/2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$58.341 e R\$21.003 respectivamente.

Nota 18- Provisão de custos e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	4.804	5.337
ISS s/Receitas	-	-	712	837
Custos a Incorrer	-	-	112.388	311.855
	2.303	2.303	117.904	318.029
Circulante	-	-	115.601	315.726
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303
	2.303	2.303	117.904	318.029

Provisão de custos a incorrer refere-se a etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos respectivos fornecedores. O valor de R\$112.388 no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto de Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás S.A, cujo contrato encontra-se cancelado por parte da TUPI BV e cuja rescisão será discutida em processo de arbitragem internacional.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 19- Adiantamentos de clientes

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

Nota 20- Impostos diferidos

20.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidas foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos (ativos) e passivos

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora							
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias	Total		Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil		Total
Em 31/12/2017	33.321	33.321		16.098	17.293	(438)		32.953
Constituição dos Tributos	-	-		-	-	16		16
Baixa dos Tributos	(1.465)	(1.465)		(592)	(521)	-		(1.113)
Em 31/12/2018	31.856	31.856		15.506	16.772	(422)		31.856

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado									
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos						
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil		
Em 31 de dezembro de 2017	9.213	63.848	73.061	16.098	41.997	4.749	30.874	13.897		107.615
Constituição dos Tributos	-	9.569	9.569	-	-	6.460	-	16		6.476
Baixa dos Tributos	-	(8.861)	(8.861)	(592)	(1.994)	(19)	(5.602)	(321)		(8.528)
Em 31 de dezembro de 2018	9.213	64.556	73.769	15.506	40.003	11.190	25.272	13.592		105.563

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(311.517)	(316.539)	(321.808)	(322.171)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	(122)	(129)
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(56.904)	(67.686)	(78.892)	(79.941)
Resultado de Equivalência Patrimonial	56.535	68.055	81.774	81.177
IRPJ / CSLL no Resultado	(369)	369	2.760	1.107
Tributos Correntes	-	-	-	279
Tributos Diferidos	(369)	369	2.760	828
Alíquota Efetiva	-0,12%	0,12%	-0,86%	-0,34%

Nota 21-Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2018 nas demonstrações financeiras da controladora:

	Ativo Não Circulante	
	Contas Correntes	
	31/12/2018	31/12/2017
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	210.127	171.558
Inepar Administração e Participações S.A.	52.154	63.159
Inepar Telecomunicações S.A.	-	249
IESA - Óleo & Gás S.A.	58.199	58.323
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.935	1.925
Penta Participações e Investimentos Ltda	-	60
IESA Transportes S.A.	48.962	48.962
Contas a Receber Empresas ligadas	11.078	8.324
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	646
	398.398	368.503

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo Não Circulante	
	Contas Correntes	
	31/12/2018	31/12/2017
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	201.996	201.995
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.494	155.492
Cia Brasileira de Diques S.A.	440	414
Demais Empresas	9.210	223
	367.140	358.124

Contas Correntes: a tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

ATIVO	Saldo 31/12/2017	Adições/ Baixas/Var. Monetária	Saldo 31/12/2018
Empresas			
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	171.558	38.569	210.127
Inepar Administração e Participações S.A.	63.159	(11.005)	52.154
IESA - Óleo & Gás S.A	58.323	(124)	58.199
IESA Transportes S.A.	48.962	-	48.962
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891
Contas a Receber Empresas ligadas	8.324	2.754	11.078
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.925	10	1.935
Inepar Telecomunicações S.A.	249	(249)	-
Penta Participações Ltda.	60	(60)	-
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	646
	368.503	29.895	398.398

PASSIVO			
Empresas			
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.995	1	201.996
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	(2)	155.494
Cia. Brasileira de Diques S.A.	414	(26)	440
Demais Empresas	223	8.987	9.210
	358.124	8.960	367.140

a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.

b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do BNDES, pelo valor de R\$151.792, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 22- Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	992	30.454	952	31.580	39.674	88.488	48.761	83.402
Tributárias	840.973	167.640	673.371	22.078	955.485	243.516	815.306	71.208
Cíveis	55.414	26.809	65.493	3.748	104.164	51.846	117.483	31.294
Outras	-	130	-	129	-	660	-	664
	897.379	225.033	739.816	57.535	1.099.323	384.510	981.550	186.568

Trabalhistas – reclamationárias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 31.580 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes. Neste exercício a Inepar provisionou na controladora o montante de R\$148 milhões.

Cíveis – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Contrato com a Tupi BV/Petrobras- O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gas S.A– em recuperação judicial e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26/07/2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 23-Provisão para passivo a descoberto

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante total R\$1.103.780 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A- em Recuperação Judicial e Inepar Innovida Participações S.A.

Nota 24-Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Andritz Hydro (a)	70.457	70.802	70.457	70.802
Swiss Re Corporate (b)	11.674	14.426	11.674	14.426
Provisão de diversas obrigações a pagar (c)	19.050	54.531	62.356	100.258
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Delft Administração e Participações S.A.	-	-	3.662	3.383
Consbem Construções e Comercio Ltda.	-	-	-	2.283
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	-	2.381
Participações nos lucros	-	-	-	4.393
Total geral	104.181	142.759	151.149	200.926
Circulante	95.495	131.333	141.539	185.014
Não circulante	8.686	11.426	9.610	15.912
Total geral	104.181	142.759	151.149	200.926

a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.

b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.

Nota 25-Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social integralizado é de R\$ 408.311, formado por 4.320.459 ações ordinárias e 3.156.808 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei nº 6.404/76.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de Capital

As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$155.272 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas

As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 246.849 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$167.234 para a 6ª emissão e de R\$66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor. Neste exercício foram convertidas em ações ordinárias 1.012.088 debêntures da 6ª emissão.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Créditos quirografários a converter

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$244.759. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de ajuste de avaliação patrimonial apresenta o saldo de R\$787.917, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$727.651, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª e 9ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com a escritura desta emissão.

Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Nota 26-Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(138.974)	(165.005)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	<u>(172.912)</u>	<u>(151.165)</u>
	<u>(311.886)</u>	<u>(316.170)</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	3.157	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	4.320	3.181
Total	<u>7.477</u>	<u>6.338</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	<u>(44,02)</u>	<u>(52,27)</u>
Ação ordinária	<u>(40,03)</u>	<u>(47,52)</u>

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 27-Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Vendas mercado interno	56.560	43.631
Devoluções e Abatimentos	-	(117)
Impostos sobre as Vendas	(7.693)	(3.711)
Receita de Vendas	48.867	39.803

Nota 28- (Despesas) e receitas financeiras

	31/12/2018		31/12/2017	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(19.327)	(56.282)	(39.642)	(91.061)
Juros / despesas bancárias	(7.225)	(42.825)	(22.815)	(71.280)
Fianças bancárias	-	-	-	-
Atualizações de Mútuos Passivos	-	-	(688)	(904)
Variação monetária passiva	(28)	(197)	-	(197)
Outras despesas financeiras	-	(3)	(12.379)	(10.409)
Variações cambiais	(54)	(27)	(278.146)	(5.626)
Total das (despesas) financeiras	(26.634)	(99.334)	(353.670)	(179.477)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1	-	10	237
Receitas atualização debêntures	1.987	662	1.986	662
Juros auferidos	2	19	16	272
Deságio contratos BNDES (b)	-	-	-	-
Atualização TDP's	-	-	-	-
Variação monetária ativa	4.183	-	4.629	88
Atualizações de Mútuos Ativos	-	-	10	469
Outras receitas financeiras	1.052	748	4.322	2.305
Variações cambiais	99	31	269.845	2.401
Total das receitas financeiras	7.324	1.460	280.818	6.434
Total (despesas) financeiras líquidas	(19.310)	(97.874)	(72.852)	(173.043)

Nota 29-Cobertura de seguros (não auditada)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 30-Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	1.584	1.102	34.910	38.371
Gastos Previdenciários	1.549	1.146	10.348	891
Total	3.133	2.248	45.258	39.262

Nota 31-Remuneração do pessoal- chave da administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração de Conselheiros	1.124	1.197	1.180	1.274
Remuneração de Diretores	1.108	806	3.172	5.259
Total	2.232	2.003	4.352	6.533

Nota 32-Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado	Geração / Equipamentos	Gás/outros	Total
Receita bruta total	56.557	3	56.560
Impostos/Deduções	(7.691)	(2)	(7.693)
Custos dos Produtos e Serviços	(18.779)	(1.784)	(20.563)
Total	30.087	(1.783)	28.304

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 33-Outras receitas (despesas) operacionais

Na rubrica de outras Receitas e Despesas operacionais encontra-se registrada a venda efetuada através de leilão Judicial para a Empresa Andritz Hydro de parte do imóvel situado em Araraquara no montante de R\$95 milhões.

Nota 34-Tratativas que poderão gerar eventos subsequentes

A Administração da Companhia está em fase de negociação com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Alienação do imóvel situado no município de Macaé.
- d) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.
- e) Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.
- f) Instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.

A Companhia está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da recuperação judicial.

Conforme aviso aos acionistas a Inepar S/A. Indústria e Construções- Em Recuperação Judicial e em conformidade com o § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e a Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a Companhia, IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A vem mantendo tratativas há aproximadamente quatro meses com a GEOTERRA EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES S.A. (“GEOTERRA”) que representa interesses de um conjunto de empresas da República de Belarus, Rússia, China e Alemanha, para a compra, na forma de UPI (Unidade de Produção Independente), da unidade da IESA localizada em Araraquara.

Em 15 de fevereiro de 2019, através de Aviso aos Acionistas, a Empresa informou sobre o aumento de capital no montante de R\$84.202,00, mediante a emissão de 1.184 ações ordinárias, em decorrência da conversão de debêntures da 6ª emissão.

A Companhia está finalizando as providencias necessárias para a 3ª emissão das debentures perpétuas, visando a liquidação de diversos passivos.



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA:

Warley Isaac Noboa Pimentel – Diretor Presidente
Jauneval de Oms – Diretor Comercial
Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho
Di Marco Pozzo
Valdir Lima Carreiro
Cesar Romeu Fiedler
Irajá Galliano Andrade
Jauneval de Oms
Carlos Alberto Del Claro Gloger
Fabio Roberto Baumfeld Isaack

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6





**Inepar S.A. Indústria e Construções -
em Recuperação Judicial**

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017



Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017	17

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Acionistas e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

1. Opinião com modificações

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções– em Recuperação Judicial ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com modificações", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar S.A. Indústria e Construções– em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião com modificações (valores expressos em milhares de Reais-R\$)

(i) Ausência de auditoria no investimento mantido na companhia Penta Participações e Investimento Ltda. e Innovida Participações S.A- As demonstrações financeiras do investimento mantido nessas companhias correspondentes ao exercício findo em 31/12/2018 não foram examinadas por nós ou por outros auditores. Diante do exposto ficamos impossibilitados de opinar sobre os saldos de investimentos e de equivalência patrimonial positiva totalizando as cifras de R\$171.023 e de R\$359, respectivamente.

(ii) Realização dos ativos imobilizados e intangíveis da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A. Em Recuperação Judicial- Em 31/12/2018, essa controlada indireta possui registrado nas rubricas do Imobilizado e do Intangível os valores de R\$164.729 e R\$17.684, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais apurados por esta controlada, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o Plano de Negócios desenvolvido pela controlada considera cenário composto por premissas vinculadas a ocorrência de eventos futuros, tais como a conclusão favorável da arbitragem em curso e monetizações de ativos, que não são passíveis de confirmação. Essas limitações nos impedem de concluir quanto à necessidade de ajustes ao valor de realização dos saldos registrados em 31/12/ 2018 nas rubricas de investimento e do imobilizado e do intangível, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

(iii) Limitação sobre a rubrica de Estoques da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A.- Não acompanhamos o inventário físico dos estoques dessa controlada indireta, existentes na unidade localizada no município de Macaé/RJ, cujo saldo em 31/12/2018 é de R\$10.945. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade deste valor registrado na rubrica de Estoque das demonstrações financeiras consolidadas, bem como mensurar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2018.

(iv) Limitação sobre confirmações externas da controlada direta lesa Óleo e Gás S.A.- Não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas solicitadas às instituições financeiras e partes relacionadas que possuem operações com a Companhia e com a sua controlada direta lesa Óleo e Gás S.A, não tendo sido possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria. Conseqüentemente, através dos testes alternativos de auditoria não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e seus possíveis efeitos e/ou divulgações em tais demonstrações financeiras de 31/12/2018.

(v) Limitação sobre investimento em coligadas da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A.- Embora, tenha sido solicitado por outros auditores. Não foram apresentados os papéis de trabalho que suportam os relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas Quip S.A., RIG Oil & Gas Contractors Inc., QGI Brasil S.A. e QGI Oil & Gas Inc, cujos percentuais de participação indireta são 11,66%, 14,66%, 17,19% e 17,60%, respectivamente. Ainda, como consequência das limitações descritas linhas atrás e logo abaixo mencionadas, tais auditores ficaram impossibilitados de concluir quanto à adequação dos saldos registrados nas rubricas de investimentos, provisão para passivo a descoberto e resultado de equivalência patrimonial e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2018.

Àqueles relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas apresentaram as seguintes modificações em 31/12/2018: (a) A coligada indireta RIG Oil & Gas Contractors Inc. não recebeu as confirmações externas solicitadas às suas partes relacionadas CQG Oil & Gas Inc., CCI Oil & Gas Inc., Sonoma Global Inc. e QGI Oil & Gas Inc. Adicionalmente, as respostas de circularizações de saldos com partes relacionadas da coligada indireta Quip S.A. apresentaram diferenças não conciliadas em relação aos valores registrados na contabilidade da coligada indireta pelas cifras de R\$3.495, R\$2.905, R\$1.501, referentes as empresas Consórcio CNCC Camargo; CCI Oil & Gás Contractors Inc., CCI Construções Offshore S.A. e QGI Brasil S.A., respectivamente, e R\$1.065 referente a RIG Oil e Gas Contractors Inc; (b) A coligada indireta Quip S.A. não vem reconhecendo por competência os valores referentes a receita de exportação do contrato mantido com a RIG Oil & Gas Contractors Inc., não sendo possível determinar os valores contas a receber da respectiva no exercício corrente (c) A coligada Quip S.A. mantém registrado em suas demonstrações financeiras adiantamentos ou contas a receber sem expectativa de devolução ou recebimento no montante de R\$6.291 e R\$595, respectivamente; (d) A coligada Quip S.A. mantém registrado em suas demonstrações financeiras saldo junto a fornecedores e prestadores de serviços nos montantes de R\$2.014 e R\$5.977, respectivamente, sem expectativa de regularização; (e) A coligada Quip S.A. mantém valores a pagar referentes a dividendos no montante de R\$82.318 registrados desde o exercício de 2012 sem expectativa de pagamentos; (f) A Coligada Rig Oil & Gas Contractors Inc. mantém registrado em suas demonstrações financeiras findas em 31/12/2018 créditos a receber de suas partes relacionadas CCI Oil & Gas Inc e Sonoma Global Inc., nos montantes de R\$6.535 e R\$19.676 respectivamente, que não foram atualizados. O recebimento de tais créditos depende de transações que ainda estão sendo discutidas entre as partes relacionadas e/ou da capacidade financeira dessas empresas em honrar seus compromissos com relação à coligada.

3. Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional da Companhia

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018, a Inepar S.A. Indústria e Construções e outras empresas do Grupo Empresarial do qual faz parte encontram-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. A Companhia apresentou, em 31/12/2018, prejuízo no exercício de R\$311.886, passivo a descoberto de R\$1.545.570 e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$689.786 (R\$1.589.641 consolidado). Ademais, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram completamente até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

4. Ênfases (valores em milhares de Reais-R\$)

Apresentamos a seguir, as ênfases para o exercício findo em 31/12/2018, cujos assuntos descritos não contém uma modificação em nosso relatório de auditoria:

(i) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada direta IESA Óleo e Gás S.A. para o seu cliente Tupi BV/Petrobras - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo por essa controlada direta para o citado cliente, foi rescindido unilateralmente pelo mesmo. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas: contas a receber de R\$117.545, provisão para custos a incorrer de R\$112.415 e de adiantamentos sobre encomendas de R\$83.340.

(ii) Incerteza sobre prescrição de contingências tributárias passivas - Consoante descrito na Nota Explicativa nº 17, a Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e que no entendimento dos seus advogados externos estão prescritos, apoiados na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977, reduzindo os prazos de prescrição e decadência das contribuições previdenciárias de 10 (dez) para 5 (cinco) anos, conforme já disciplinava o Código Tributário Nacional, trazendo benefícios aos contribuintes previdenciários e na Portaria 33 da PGFN.

5. Principais assuntos de auditoria (PAA-valores expressos em milhares de Reais-R\$)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as mesmas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

(i) Eventual provisão para impairment para os bens e direitos componentes dos ativos imobilizados e intangíveis - A Companhia possui registrados nessas rubricas contábeis, respectivamente as cifras de R\$102.063 e R\$391.513. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia e o andamento do programa de recuperação judicial são fatores que podem, eventualmente, indicar a necessidade de contabilização de provisão para impairment sobre esses ativos.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto - Analisamos os planos de negócios e revisamos as projeções de resultado apresentadas pela Companhia bem como questionamos o processo e as premissas usados em sua elaboração. Efetuamos a comparação do valor registrado contabilmente dos bens componentes dos ativos imobilizados e intangíveis com a recuperabilidade do valor apurado nas projeções e laudos de avaliação contratados pela Companhia. Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas e os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao exercício precedente.

(ii) Contingências passivas - A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e compreendem principalmente demandas de natureza trabalhista, tributária e civil. Tomando-se em conta ao grau significativo de imprecisão inerente às avaliações de mérito das causas judiciais pelos assessores jurídicos e valoração das estimativas, torna-se um assunto altamente relevante de auditoria.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto - Analisamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos contratados pela Companhia, por nós circularizados para 31 de dezembro de 2018 e avaliação das premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias, requeridas nos termos do pronunciamento técnico-contábil CPC-25. A Companhia, para cumprimento do citado CPC-25, apoiou-se, ainda na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977.

6. Outros assuntos

(i) Demonstração do Valor Adicionado - Examinamos também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com modificações", e está apresentada adequadamente, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(ii) Auditoria do exercício precedente findo em 31/12/2017 (Relatório de auditoria por nós emitido em 21/06/2018) - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria contém as modificações semelhante as evidenciadas no item 2 acima, especificamente os subitens (ii) a (vi) acima e ênfases equivalentes ao item e subitem 2(i) acima, bem como o item e subitens 4 (i) e (ii) retro mencionados.

7. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

8. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e de suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

9. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

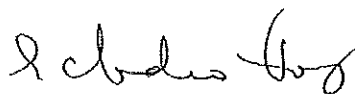
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de junho de 2019.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "T" PR "S" – SP

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

A small version of the RSM logo, consisting of the stylized graphic and the letters "RSM".